

**A Política Nacional de Alfabetização e a prática docente: reflexões sobre métodos e processos****The National Literacy Policy and teaching practice: reflections on methods and processes**

Maria Aparecida Mendes Tiago\*

Geisa Magela Veloso\*\*

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo refletir sobre métodos de alfabetização adotados por professoras alfabetizadoras da rede municipal de uma cidade norte mineira, em diálogo com a cultura escolar e as proposições da Política Nacional de Alfabetização. A pesquisa teve como questões analíticas: as práticas de alfabetização desenvolvidas pelas professoras incorporaram as orientações e os saberes que estão propostos na Política Nacional de Alfabetização (PNA), dentre elas o uso do método fônico? Quais diálogos podem ser percebidos entre a PNA e a cultura escolar constituída nas práticas de ensino da leitura e da escrita pelas professoras alfabetizadoras? Para compreender as confluências entre a PNA, as concepções e as práticas das alfabetizadoras utilizou-se o questionário e a entrevista. Verificou-se que a prática docente está respaldada nas experiências em alfabetizar, que constituem a cultura escolar já anteriormente construída pelas professoras, em que adotam metodologias que remetem aos métodos tradicionais e ao letramento, não se constatando influência específica da PNA.

**PALAVRAS-CHAVE:** PNA. Prática docente. Alfabetização. Métodos de Alfabetização.

**ABSTRACT:** This article aims to reflect on literacy methods adopted by literacy teachers from the municipal network of a northern city in Minas Gerais, in dialogue with the school culture and the propositions of the National Literacy Policy. The research had as analytical questions: The literacy practices developed by the teachers incorporated the guidelines and knowledge proposed in the National Literacy Policy, including the use of the phonic method? What dialogues can be perceived between the National Literacy Policy and the school culture constituted in the reading and writing teaching practices of reading and writing by literacy teachers? To understand the confluences between the National Literacy Policy, the conceptions and practices of literacy teachers a questionnaire and an interview were used. It was found that teaching practice is supported by experiences in literacy, that constitute the school culture previously constructed by teachers, in which they adopt methodologies that refer to traditional methods and literacy, not realizing specific influence of the National Literacy Policy.

**KEYWORDS:** PNA. Teaching practice. Literacy. Literacy methods..

## 1 Introdução

Toda prática pedagógica articula-se a um referencial teórico, sendo que, na sala de aula, saberes teóricos e saberes práticos vão se constituindo, reformulando-se. E o modo como esses saberes-fazer se constroem e se articulam é essencial para os resultados do processo

\*Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8945-9552>. E-mail: profacidatiago@gmail.com.

\*\*Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7392-2749>. E-mail: geisa.veloso@unimontes.br.

educacional. Diante da complexidade da educação, da alfabetização e da realidade que vivenciamos, a atualização dos saberes e das práticas contribui para a qualidade do ensino e da aprendizagem.

A prática pedagógica politicamente situada, socialmente engajada com a transformação da realidade, culturalmente sensível e voltada para os interesses coletivos, requer, como afirma Gatti, um profissional consciente da sua tarefa. Requer “formas de agir que exigem aprendizagem e se sustentam em conhecimentos e práticas culturais da didática e das metodologias relativas às relações educacionais intencionais recheadas com os conteúdos relevantes à vida humana e coletiva” (Gatti, 2017, p. 1153). A ação humana é impregnada por tudo que desenvolvemos ao longo de nossa história. Assim é o nosso atuar em sala de aula que influencia e é influenciado por aquilo que culturalmente nós abstraímos, construímos e apreendemos. A alfabetização, por sua vez, é constantemente desenvolvida a partir dos saberes teóricos e das experiências vivenciadas no âmbito das salas de aulas, que vão estruturando o fazer docente, constituindo uma cultura escolar. Por cultura escolar, segundo Barroso, define-se como: “cultura produzida pela forma escolar de educação, principalmente através da modelização das suas formas e das suas estruturas, seja o plano de estudos, as disciplinas, o modo de organização pedagógica, os meios auxiliares de ensino, etc.” (Barroso, 2012, p.2).

No Brasil, desde a década de 1980, vem se constituindo uma cultura de alfabetização, que não separa o aprendizado do Sistema de Escrita Alfabética dos usos e das funções sociais dos textos. Em oposição a essa linha, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto presidencial Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, rompeu com a proposta até então vigente, negando o letramento e entendendo a alfabetização com apropriação de um código, como um aprendizado que visa à decifração. A PNA pretendia instrumentalizar os alfabetizadores acerca do método fônico, definido como ideal para alfabetizar.

A alfabetização, no âmbito da PNA, baseia-se na consolidação de um ensino inicial da leitura com uso do método fônico. O foco nas relações fonema-grafema é o modo como os agentes dessa política veem a possibilidade de atribuir qualidade à alfabetização, a partir de uma proposição que desconsidera processos, práticas culturais e pedagógicas que vem se constituindo nas escolas em mais de quatro décadas de estudos.

Nesse cenário, realizamos este estudo que se orientou pelas seguintes questões analíticas: as práticas de alfabetização desenvolvidas pelas professoras incorporaram as

orientações e os saberes que estão propostos na PNA, dentre elas o uso do método fônico? Quais diálogos podem ser percebidos entre a PNA e a cultura escolar constituída nas práticas de ensino da leitura e da escrita pelas professoras alfabetizadoras?

A pesquisa aqui apresentada foi orientada pelo objetivo de refletir sobre métodos de alfabetização adotados por professoras alfabetizadoras de uma cidade norte mineira, em diálogo com a cultura escolar e as proposições da Política Nacional de Alfabetização. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa, abordagem que permite investigar a prática educativa considerando as suas particularidades e seu dinamismo, “com toda riqueza de significados dela transbordante” (Minayo, 2002, p. 15). Entende-se que, em uma pesquisa qualitativa, os dados quantitativos não se opõem no cerne do estudo, ao contrário, complementam-se, “pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (Minayo, 2002, p. 22).

A abordagem metodológica incluiu a aplicação de questionário a 20 professoras e entrevista com uma coordenadora pedagógica de uma rede municipal de ensino. Embasada nas concepções de estudiosos, como Cagliari (2007), Ferreiro e Teberosky (1999), Saviani (2011), Mortatti (2004, 2019), Soares (2004, 2020), entre outros que apresentam relevantes reflexões sobre a alfabetização e, ainda, a discussão sobre a PNA e o modo como essa política impôs um único referencial teórico para alfabetizar. O presente artigo está organizado com introdução, os pressupostos teóricos, a metodologia, os resultados do estudo e as considerações finais.

## **2 Pressupostos teóricos**

A “educação é um fenômeno próprio dos seres humanos” (Saviani, 2011, p. 11) e a alfabetização integra o processo educacional sistematizado; elas fazem-se essenciais no cotidiano escolar e social. A respeito do ato de alfabetizar, ele passou a fazer parte da história brasileira, no período da colonização, quando em 1549 os padres da Companhia de Jesus “criaram as ‘escolas de ler, escrever e contar’ [...]. Em 1553, o padre José de Anchieta iniciou a ‘transcrição alfabética e a gramaticalização’ da língua tupi, considerada a mais comum entre os indígenas” (Mortatti, 2004, p. 49).

Em 1824, ainda no império, D. Pedro I estabelecia, em carta outorgada, que a “instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”, regulamentada em lei 15 de outubro de 1827 – “primeira e única lei geral relativa ao ensino primário durante o Império” (Silva, 2012,

p. 91). Entretanto, os dois primeiros censos brasileiros, realizados entre 1872 e 1890 apresentavam uma taxa de analfabetismo em torno de 82,5% (Ferraro, 2002), dado indicativo de pouca relevância do saber ler e escrever ou poucos investimentos na escolarização da população. Destaca-se que não ser alfabetizado, passou a ser um problema quando foi proibido o voto dos analfabetos pela Câmara dos Deputados/Lei Saraiva de 1882, que adicionou o critério de saber ler e escrever para ser eleitor. Com a Proclamação da República, em 1889:

Intensificou-se a necessidade de intervenção institucional na formação dos cidadãos, sobretudo das novas gerações, por meio da educação e da instrução primária.[...] Concomitantemente, intensificou também a necessidade de implementar o processo de escolarização das práticas culturais da leitura e escrita, entendidas, do ponto de vista de um projeto político liberal, como agente de “esclarecimento das massas” como fundamentos da nova ordem política, econômica e social desejada (Mortatti, 2004, p. 54-55).

Ainda no século XIX, a educação ganha destaque e a escola passa a ser a instituição responsável por preparar as novas gerações com o objetivo de atender aos ideais republicanos (Mortatti, 2019). É importante registrar que “até o século XIX, tratava-se de ‘ensino das primeiras letras’ e ‘ensino da leitura’. O termo ‘alfabetização’, para designar ensino-aprendizagem inicial (e simultâneo) da leitura e da escrita, passou a ser utilizado mais sistematicamente a partir da segunda década do século XX” (Mortatti, 2019, p. 50), foi o “Anuario do ensino, de 1918, [que] ‘inaugurou’ a palavra ‘alfabetização’” (Mortatti, 2004, p. 60).

Somente “no século XX começa acontecer a alfabetização em larga escala” (Cagliari, 2007, p. 56), o mundo inteiro começa a se preocupar com as questões que envolvem o ato de alfabetizar, questões internas e externas à escola, métodos, comportamento profissional. A “alfabetização passou a ser vista como uma questão de sobrevivência em todos os níveis da sociedade” (Cagliari, 2007, p. 58), mas legalmente ainda se constituía direito de alguns.

Historicamente, a alfabetização no Brasil passa por etapas e sentido diversificados – de períodos em que foi pouco exigida até o momento em que se faz extremamente necessária. Em termos de legislação brasileira, a Constituição Federal (1988) preconizou a educação como direito de todos no Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. E, ainda em seu art. 205, dispõe que: “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e visa ao pleno

desenvolvimento pessoal, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Foi na década de 1980 que começou a ser divulgado no Brasil o trabalho pioneiro de Ferreiro e Teberosky, que trazia não a discussão do método a ser utilizado, mas direcionava os estudos a como a criança aprende. Ferreiro e Teberosky (1999) afirmam que a criança é o sujeito da aprendizagem na alfabetização; o olhar passa a ser direcionado à condição para aprender, aos níveis de escrita que a criança apresenta (pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético). Assim, foi iniciado “no Brasil[,] o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita” (Mortatti, 2019, p.39), que define a alfabetização como conceitual, processo que ocorre com um indivíduo cognoscente que faz parte de um meio social de maneira interacionista (Ferreiro; Teberosky, 1999).

O MEC, ao propor a PNA apoiada em um único campo de conhecimento – as ciências cognitivas de leitura e de escrita – reduziu a alfabetização a um código a ser ensinado às crianças. Segundo Leal (2019), ao dizer que há um código a ser aprendido e que a criança aprende apenas se segmentar fonemas e relacionar grafemas e fonemas, a PNA desconsiderou as pesquisas de Ferreiro, de Teberosky e de outros pesquisadores, que apresentam um caminho de construções e desconstruções de como acontece a aprendizagem da escrita e que “há aprendizagens que são conceituais e não apenas perceptivo-motoras” (Leal, 2019, p. 77).

A PNA, ao utilizar os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) para justificar o retorno ao método fônico como panaceia para todos os problemas, esbarra-se em limitações do próprio diagnóstico do processo de alfabetização. Ao se apoiar nos resultados da ANA para explicar a adoção de uma metodologia – a fônica, que privilegia a codificação e posterga a compreensão-, a PNA apoia-se em um equívoco em suas próprias análises. Dados dessa avaliação (Brasil, 2017) indicam que, no ano de 2016, em relação à leitura, 22% da população que fez o teste se encontrava no nível 1, o que indica que as crianças conseguem decifrar palavras, mas ainda não construíram habilidades relacionadas à compreensão do que leem e às finalidades dos textos. No texto da PNA consta que:

Os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2016, 54,73% de mais de 2 milhões de alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental apresentaram desempenho insuficiente no exame e proficiência em leitura. Desse total, cerca de 450 mil alunos foram classificados no nível 1 da escala de proficiência, (Brasil, 2019, p. 10).

Esse dado significa que uma grande parcela dos discentes do 3º ano do ensino fundamental é incapaz de localizar informação explícita em textos simples de até cinco linhas e de identificar a finalidade de textos como convites, cartazes, receitas e bilhetes, ou seja, a ANA indica que, o maior problema detectado na alfabetização, não se relaciona com a apropriação do sistema de escrita alfabética – a decodificação como propõe a PNA –, mas com a compreensão na leitura. E o uso do método fônico não privilegia a leitura como processo de compreensão do que se lê, dado que o eixo da abordagem é o ensino da decifração.

Aprender significa construir conhecimentos que sejam significativos à vivência individual e social numa perspectiva de sistematização de conhecimentos e ressignificação de saberes. Nessa perspectiva, Soares (2020) destaca a importância de aprender o sistema alfabético de escrita, de conhecer a linguagem escrita e de fazer uso das habilidades de ler e de escrever, em situações pessoais e sociais – que a autora considera ser o alfabetizar e letrar.

### 3 Metodologia

O processo de produção de dados deu-se pela perspectiva de professoras, sendo que, para captar o relato de suas práticas utilizou-se o questionário, composto de 4 questões fechadas e 17 abertas. O instrumento foi respondido por 20 alfabetizadoras, que atuam no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da rede municipal de uma cidade norte mineira, a quem o instrumento foi dirigido, sendo os respondentes 19 mulheres<sup>1</sup> e 1 homem. E houve também uma entrevista com a gestora educacional.

Na apresentação da análise dos dados, os participantes estão sendo denominados pelo referente no feminino – professora, professoras –, como forma de conferir visibilidade ao protagonismo das mulheres na Educação, sobretudo, nas etapas de escolarização de crianças, em que a pesquisa foi desenvolvida. Visando ao anonimato e à confidencialidade das informações prestadas por essas profissionais, foi atribuído às professoras o nome de pedras preciosas.

---

<sup>1</sup> Por ser um público alvo majoritariamente feminino, neste artigo, todos os professores participantes serão tratados como professoras alfabetizadoras, como forma de conferir visibilidade ao protagonismo dessas profissionais. As quais atribuímos o nome de pedras preciosas, para preservar as suas identidades. O referido estudo foi apresentado ao Comitê de Ética – CAAE: 61418122.0.0000.5146 e Aprovação Comitê de Ética: CEP/Unimontes nº 5.580.780/2022

## 4 Resultados

As argumentações registradas neste estudo indicam que as participantes da pesquisa não percebem problema em adotar o método fônico. As professoras defendem a alfabetização orientada por uma abordagem focalizada no ensino da decifração. De acordo com a pesquisa, 95% das professoras não participaram dos cursos ofertados pela PNA e fica perceptível que os métodos de marcha sintética<sup>2</sup> para alfabetização – dentre eles o fônico – fazem parte das metodologias já utilizadas por elas e que integram a cultura escolar, como se pode perceber em um dos relatos:

Entendo que a criança passa por diferentes níveis de aprendizagens durante todo processo de alfabetização. Como utilizo os métodos sintéticos: alfabético, fônico e silábico, percebo que o aluno aprende com mais facilidade partindo do simples ao mais complexo, ou seja, terá mais facilidade em assimilar primeiro as letras, depois sílabas, palavras, frases e textos e assim sucessivamente sem se esquecer que, além disso, a criança também precisa entender e compreender o que está em aprendizado (Professora Âmbar, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

No discurso da professora, ao falar sobre os níveis de aprendizagem das crianças, é possível perceber a influência da psicogênese da língua escrita. No entanto, a metodologia defendida é de marcha sintética – que prioriza o ensino da decifração e não coloca foco na compreensão da linguagem escrita. Importante destacar que a prática docente é permeada pelas concepções de alfabetizar, que integram uma tradição de ensino – baseada em métodos sintéticos e materiais estruturados, textos curtos e escritos para treinar a memorização das unidades linguísticas já ensinadas em sala de aula. Essa tradição foi se constituindo no âmbito das escolas brasileiras, refletindo a própria cultura escolar.

Os métodos de alfabetização adotados pelas professoras revelam essas práticas tradicionalmente desenvolvidas ao longo dos anos, que concebem a decifração como eixo do ensino e tomam a alfabetização como processo que ocorre em duas etapas – primeiro se aprende a codificar/decodificar para, posteriormente, compreender os textos e a linguagem escrita. Essa tradição de ensino integra a cultura escolar que embasa as concepções docentes apresentadas neste estudo.

Neste estudo, a gestora educacional, mostrou-se adepta ao método fônico, defendido na proposta da PNA, que foi política adotada no município. Conforme a gestora:

---

<sup>2</sup> Métodos de marcha sintética caracterizam-se pelo ensino da leitura e da escrita das partes (alfabeto, fonemas e sílabas) para o todo. Métodos de marcha analítica, baseiam-se na compreensão de que o ensino da leitura (e escrita) deve se iniciar pelo todo: palavra, sentença, historieta ou conto (Mortatti, 2019, p. 96).

É um método de grande importância no processo de alfabetização, pois ele estimula a construção fonológica e cria oportunidades para que a criança esteja desenvolvendo, como eu disse, essa consciência fonológica, percebendo que frases são formadas por palavras; palavras são formadas por sílabas e sílabas são formadas por fonemas. E ao desenvolver essa consciência fonética, o aluno, não terá dificuldade de aprender as correspondências entre letras e fonemas e utilizar esse conhecimento na pronúncia das palavras escritas e, assim, desenvolver a leitura e a escrita com mais facilidade. É um método que bem trabalhado, a gente tem [que] ressaltar isso, ele tem muito a contribuir na alfabetização (Gestora Educacional. Entrevista realizada em 12 de abril de 2023).

Ao se posicionarem sobre uma didática pela qual estruturam os processos para alfabetizar, as professoras apresentam concepções que se aproximam das defesas realizadas pela gestora. As professoras indicaram que desenvolvem suas aulas considerando a possibilidade de utilizar, sobretudo, os métodos de marcha sintética que, na sua percepção, garantam a qualidade da alfabetização. O quadro abaixo mostra essas escolhas indicadas pelas professoras.

Quadro 1 – Métodos de Alfabetização utilizados pelas professoras.

<b>Métodos de Alfabetização utilizados pelas professoras</b>		
Métodos e metodologias sintéticas	09 professoras utilizam os métodos fônico e silábico. 01 professora utiliza exclusivamente o método fônico. 01 professora utiliza especificamente o método silábico.	11 professoras
Métodos analíticos e sintéticos	04 professoras utilizam palavrção, método silábico e método fônico. 03 professoras usam métodos sintéticos e analíticos (sem os especificar). 01 professora utiliza vários métodos.	8 professoras
Letramento	01 professora desenvolve atividades que visam sempre o letramento.	1 professora

Fonte: elaborado pelas autoras.

A análise dos dados indica que, das 20 professoras participantes do estudo, 18 indicam que utilizam métodos de marcha sintética para alfabetizar, sendo que dessas, 11 fazem menção específica ao método fônico – indicado pela PNA como o único capaz de alfabetizar todas as crianças com sucesso. Ao explicitar os métodos que utilizam em sala de aula, nenhuma professora indica utilizar abordagens metodológicas construtivistas, socioconstrutivistas ou sociointeracionistas, contudo, falam de atividades contextualizadas e que sejam significativas para os alunos.

Por utilizarem uma diversidade de métodos, as professoras participantes do estudo apresentam argumentos distintos. Dentre as docentes que utilizam o método fônico, a exceção de uma professora, as demais sinalizam para outras possibilidades metodológicas associadas à abordagem fônica:

Utilizo o método fônico que desenvolve nas crianças a manipulação dos sons das palavras e desenvolve também a habilidade de decodificação. Acho viável também trabalhar com o método silábico (Professora Rubi, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

O método fônico tem alcançado bons resultados, porém não é o único método capaz de atingir o objetivo da PNA, acredito que o professor tem de adequar seu método de ensino de acordo com o seu aluno (Professora Safira, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

Tais práticas sinalizam que as professoras consideram ser necessário que as crianças possam se apropriar de unidades sonoras menores que as palavras, em seu processo de alfabetização. Sobre o método fônico como abordagem capaz de alfabetizar, as professoras concordam parcialmente com a proposição da PNA, utilizando a abordagem desde que o método seja associado a outras possibilidades. Assim, o método fônico tem sido:

Usado com outras estratégias que melhorem ainda mais o processo de alfabetização e também [sic] associado a outros métodos para adquirir a qualidade no processo formativo do aluno (Professora Diamante, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

Começo com alfabético, uso também fônico que é sons correspondentes as letras e silábico é onde [sic] a criança já assimila o som das sílabas e começa a lê pequenas palavras (Professora Pérola, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

Concordo parcialmente [com o método fônico], pois essa abordagem oferece muitos componentes que são considerados fundamentais para o desenvolvimento da escrita e da leitura, mas é necessário que o aluno vivencie situações de aprendizagem que os levem [sic] ao letramento (Professora Ágata, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

Esses posicionamentos indicam que as professoras não descartam o método fônico, mas atribuem ressalvas ao seu uso em sala de aula, ao destacarem a necessidade de complementar estratégias didáticas e que não é possível desconsiderar outros métodos. E, ao explicitarem esses métodos, em suas práticas, as professoras apresentam preferência para os métodos de marcha sintética, que partem da parte para o todo, como estratégia para alfabetizar<sup>3</sup>.

Ao explicitar sua preferência pelos métodos sintéticos, as professoras demonstram ter a sua prática docente e alfabetizadora respaldada na visão empirista de Morais (2012) – em que os processos cognitivos e as elaborações da criança não se constituem eixo do ensino.

A aprendizagem, nesse sentido, é concebida como um acúmulo de informações recebidas do meio externo, sem a necessidade do aluno ter que refletir sobre o objeto de conhecimento, de reconstruir o que vê e ouve, ou de pensar para compreender o que lhe está

---

<sup>3</sup> De acordo com Morais: “Criados desde a Antiguidade, mas, sobretudo, a partir do século XVIII, os métodos tradicionais de alfabetização que conhecemos, apesar das diferenças que aparentam, têm uma única e comum teoria de conhecimento subjacente: a visão empirista/associacionista de aprendizagem” (Morais, 2012, p.27).

sendo transmitido (Morais, 2012). A alfabetização é entendida como uma transcrição de códigos no processo de escrever, de decifração e de oralização no ato de ler – atividades que requerem memorização e treino.

Em suas argumentações, para além dos métodos de marcha sintética, as professoras apontam a importância de conhecer a turma e desenvolver uma prática de ensino condizente com as suas necessidades, introduzindo um método que melhor se adeque à realidade percebida:

É interessante conhecer a turma, os alunos; utilizar diferentes estratégias e recursos para alfabetizar, buscando a participação dos alunos e os resultados positivos na alfabetização, mesmo que haja a junção dos métodos (Professora Blenda, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

É importante considerar que as professoras defendem a “junção” de métodos tradicionais sintéticos e não a revisão de processos e de práticas, desenvolvendo ações que privilegiam a decifração. Moraes (2012) destaca que, historicamente, os métodos sintéticos têm influenciado a alfabetização nas escolas brasileiras. Essa influência interfere não somente na alfabetização, mas constitui a própria cultura escolar, o que justificaria as concepções das participantes do estudo, ao relatarem sobre os métodos que utilizam para alfabetizar. Diante do posto, as professoras acreditam na viabilidade dos métodos sintéticos, partindo do pressuposto de que é mais fácil de ser desenvolvido e de que seja necessário ir apresentando as informações de forma parcelada para as crianças – um modo de organização que seria mais simples para elas.

Os discursos indicam que as professoras ainda estão construindo o que seja alfabetizar no contexto de práticas de letramento. Ao ser solicitado que se posicionassem sobre o trabalho com o letramento, de maneira paralela e complementar à alfabetização e ao modo essa prática tem sido realizada em sala de aula, as professoras apresentam uma diversidade de crenças, concepções e práticas. Quando é explicitado um fazer, que acreditam ser o alfabetizar letrando, é percebida a dificuldade em relatar escolhas e ações metodológicas que tomem a leitura e a escrita em seus usos e funções. Assim, as professoras falam em codificação, decodificação, interpretação de textos, compreensão do mundo e concebem que estejam desenvolvendo práticas para alfabetizar letrando, a partir do entendimento que possuem sobre o que seja o letramento. Com base em seus relatos, entendemos que as participantes ainda se confundem quanto à definição do letramento. As professoras abordam o trabalho com temas e

conceitos, também apresentam uma preocupação com a realidade da criança e consideram que isso seja o letramento.

As proposições das professoras são heterogêneas e revelam um amálgama de saberes em construção. A professora Rubi, em seu discurso aborda que:

Os métodos de alfabetização e letramento andam lado a lado. Alfabetização é quando a criança aprende a decodificar palavras e textos e após essa etapa passará para o letramento que é compreender aquilo que é lido (Professora Rubi, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

O pensamento da professora Rubi coaduna com a PNA – primeiro aprende-se a decodificar para depois ler e compreender os textos.

As professoras abordam o uso de métodos sintéticos para alfabetizar, justificando a escolha por estarem conjugadas com estratégias e metodologias dinâmicas e interativas que conduzem à contextualização da prática de alfabetização, tornando o ensino da leitura e da escrita prazeroso e significativo para as crianças. Esses são os processos pedagógicos que as professoras acreditam se constituírem práticas condutoras do letramento.

Segundo a professora Esmeralda, para ela, ideal é o alfabetizar letrando, como um processo paralelo e complementar.

Não vejo sentido em apenas decodificar letras, sílabas, palavras e textos, apenas isso não faz sentido para criança e não aguça o pensamento e reflexão. Quando se trabalha o letramento, a participação ativa elas ficam muito mais motivadas [sic] e isso contribui muito para o avanço da leitura e escrita (Professora Esmeralda, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

Esse posicionamento da professora dialoga com teorizações e reflexões de Magda Soares (2020), pois defendem que alfabetizar demanda preparar a criança para utilizar as habilidades da leitura e da escrita em todos os contextos que vivencia. É importante compreender a linguagem escrita, em seus usos e funções, o modo como a escrita se diferencia da fala, bem como a estruturação do escrito em diferentes gêneros textuais, ajustados aos objetivos da comunicação, aos diferentes interlocutores e situações de interlocução. Letramento é, portanto, mais do que ler e compreender o conteúdo do que foi lido. Para esta construção, é necessário um ensino contextualizado, em que a linguagem e o sistema de escrita não sejam apenas apresentados às crianças, mas vivenciados, experienciados, reconstruídos, em eventos de leitura e escrita, de fato, significativos e que proporcionem a aprendizagem.

Em nosso estudo, identificamos nos discurso das professoras que a maioria delas aproxima-se da PNA, quando defende e utiliza os métodos de marcha sintética – neles incluindo o método fônico – para alfabetizar as crianças. O ponto em que as professoras se diferem, está no fato de que a PNA separa alfabetização da compreensão dos textos. As considerações feitas pelas professoras demonstram uma intenção de praticar o letramento, quando 75% delas afirmam que a alfabetização, de fato, não se dá mecanicamente, pela mera decodificação:

Embora sejam processos distintos, alfabetização e letramento andam juntos. Em minha prática costumo selecionar textos que tratem de assuntos que fazem parte da realidade dos alunos, assim, além de trabalhar o aprendizado das letras, contribui na leitura de mundo (Professora Turmalina, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

As professoras ressaltam, ainda, que o letramento é um aliado no processo de alfabetização, pois é o que atribui significado para a apropriação dos grafemas e fonemas. Dizem que a alfabetização e o letramento andam lado a lado, possibilitando um melhor resultado, apesar de demandar muitos esforços

Considero importante trabalhar com a interpretação de forma concomitante ao processo de alfabetização, não é possível conceber uma alfabetização sem compreensão. O letrar e o alfabetizar é um processo mais complexo e requer mais trabalho do professor junto aos seus alunos, que simplesmente aplicar atividades mecânicas e descontextualizadas (Professora Blenda, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

Há um reconhecimento que alfabetizar, em consonância com a proposta de letramento, é mais complexo, exige do professor estudos, planejamento contextualizado e uma dinâmica em sala que viabilize a participação dos alunos, a recepção das informações e a compreensão. Nesse processo, os alunos deixam de ser meros receptores e tornam-se ativos no processo de construção da aprendizagem, a partir daquilo que lhes é interessante. A PNA, entretanto, defende que o ensino da decifração como processo que antecede à compreensão dos textos.

A PNA prioriza a aprendizagem por meio da decodificação, considera que a compreensão de textos seja algo diverso da leitura, que as crianças aprendem a decodificar palavras e textos, e depois dessa etapa é que aprenderão a compreender o que é lido; desconsidera o processo de letramento. As professoras afirmam fazer uso de estratégias que conduzem ao alfabetizar letrando e acreditam que o processo de letramento não dificulta a alfabetização, ao contrário, “acredito que beneficia, uma vez que o letramento contribui para o

estudante realizar a interpretação e a compreensão” (Professora Turquesa, questionário aplicado em 13 de abril de 2023.).

Na perspectiva da maioria das professoras, a prática metodológica apresenta aspectos que dialogam com a proposta de alfabetizar letrando. Esse constituiu-se um ponto da pesquisa em que as participantes demonstram um pensamento que difere da PNA. É importante lembrar que, em diversos aspectos, mesmo não conhecendo a política, as professoras não discordam da PNA. Contudo, todas as participantes, embora utilizem métodos sintéticos, afirmam primar pelo desenvolvimento de uma alfabetização dinâmica, contextualizada, que remete ao letramento – “Já não é mais possível alfabetizar sem contextualizar. Tenho utilizado diversos recursos, estratégias que possibilitem experiências e interação através da musicalidade, jogos, textos trabalhando aprendizagem e emoções” (Professora Sodalita, questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

Considerando os relatos apresentados, acredita-se que as participantes da pesquisa aproximam-se do letramento ao desenvolverem as suas técnicas de alfabetização contextualizadas nos textos em seus usos e funções, já que enfatizam:

A alfabetização estará de fato consolidada quando então, os alunos se mostrarem hábeis em ler e escrever e ainda saibam utilizar as habilidades de leitura e escrita adquiridas, habilidades estas conseguidas através de uma didática de contextualização e letramento (Professora Blenda questionário aplicado em 13 de abril de 2023).

A alfabetização é concebida como uma habilidade que vai além da decodificação dos grafemas em fonemas, perpassa o entendimento e a compreensão do que se lê até à aplicabilidade da leitura no contexto em que se insere cada leitor. As professoras afirmam obter resultados positivos em seus processos de ensino e que, paralelamente, realizam a contextualização e o letramento.

## **5 Considerações finais**

Pensando a alfabetização como a base do percurso escolar dos educandos, ler e escrever constitui-se essencial, para que possam dar continuidade à sua escolarização e, mais do que isso, apropriarem-se de uma forma de linguagem quase onipresente no mundo em que vivemos. Os discursos apresentados pelas professoras nos remetem a uma docência tradicional, porém descrita com uma roupagem mais inovadora, em que as mesmas destacam associar o uso de métodos de marcha sintética à prática do letramento.

Não há dúvida que as professoras apresentam um discurso consolidado em práticas alfabetizadoras que integram a cultura escolar e o conhecimento, por elas já constituído sobre alfabetização, que se encontra alicerçado em métodos de marcha sintética. E, nesse sentido, discursos e práticas aproximam-se da PNA, que propõe a alfabetização por um método sintético – o fônico. Cabe mencionar ainda, que as professoras reconhecem o que a sociedade exige hoje de um leitor e o que é necessário para formá-lo para fazer uso das habilidades de leitura e de escrita de modo contextualizado, dentro e fora da escola. Nesse sentido, as professoras afastam-se da PNA, dado que essa política nega o letramento e a própria compreensão de textos no processo de alfabetização.

Neste estudo, verificou-se que as práticas docentes relatadas pelas participantes não apresentam influência específica da PNA; os métodos e as metodologias adotados respaldam-se na experiência em alfabetizar, que já havia sido consolidada antes dessa política pública. As percepções apresentadas pelas professoras em alguns momentos aproximam-se da PNA, mesmo elas não tendo conhecimento do que propõe a referida política, e afastam-se dela na medida em que relatam a contextualização do ensino e definem o aluno como construtor do saber e participante ativo de suas aulas. Os discursos conduzem-nos a concluir que, independentemente do método escolhido para alfabetizar, o professor precisa ter um conhecimento dos alunos com os quais desenvolverá o processo de alfabetização e letramento, para obter os resultados esperados. E os resultados são variáveis, a depender da escolha metodológica do professor.

As professoras participantes de nosso estudo demonstraram ter pouco conhecimento sobre as concepções veiculadas e as ações propostas pela PNA. No entanto, para além do baixo conhecimento sobre os cursos ofertados, ao serem instadas a se posicionarem sobre o processo de alfabetização, as professoras são objetivas e apresentam seus argumentos.

Por fim, em seus discursos, as professoras não abordam a alfabetização como apropriação da escrita e da leitura como uma linguagem, focalizando a capacidade de decifração e a compreensão das relações grafofonêmicas – em uma concepção limitada da alfabetização. E na reflexão sobre métodos de alfabetização adotados pelas professoras alfabetizadoras, em diálogo com a cultura escolar e as proposições da Política Nacional de Alfabetização, inferimos que, apoiando-se nas próprias concepções, as participantes demonstram não perceber o reducionismo da PNA, que define a alfabetização como ensino

das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, relacionando grafemas e fonemas, postergando a compreensão dos textos.

## Referências

- BARROSO, João. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola**. Princípios Gerais da Administração Escolar, v. 1, 2012. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=http%3A%2F%2Facervodigital.unesp.br%2F+handle%2F123456789%2F65262> Acesso em 22 nov. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Educacionais Anísio Teixeira . **Pesquisas . Microdados da ANA 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/ana>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC; SEALF, 2019.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização: o duelo dos métodos. *In: SILVA, Ezequiel Teodoro da (org.). Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade*. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 51-72.
- FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100003>.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco, Mario Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- GATTI, Bernadete Angelina. Didática e formação de professores: provocações. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1150-1164, out./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053144349>.
- LEAL, Telma Ferraz. Apontamentos sobre a Política Nacional de Alfabetização 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Florianópolis, n. 10, p. 76-85, 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/358>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de Escrita Alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788539302987>.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa**. São Paulo: Editora UNESP, 2019. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788595463394>.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Marcos. Educação Escolar na época do Império brasileiro. **História da Educação Brasileira**. Aula 6, 2012. Disponível em: [https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/17001014122012Historia\\_da\\_Educacao\\_Brasileira\\_Aula\\_6.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/17001014122012Historia_da_Educacao_Brasileira_Aula_6.pdf). Acesso em: 1 jan. 2024.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

Artigo recebido em: 21/05/24 | Artigo aprovado em: 24/06/24 | Artigo publicado em: 01/07/24